

Função Leitor:
Rubens Marcelo Volich¹

Tema 2

Psicanálise e Neurociências

Notas de leitura

Gostaria antes de mais nada de agradecer o convite dos organizadores para estar aqui nessa difícil função de leitor implicado. Espero poder estar à altura dos autores que tiveram o trabalho de preparar os textos e, principalmente, dos colegas do coletivo de leitura que realizamos em São Paulo, Maria Antonieta Fischer, Gisela Resnik, Kátia Teixeira, Cristina Magalhães, Felipe Lessa da Fonseca e Suzan Markuschower, que inspiraram estas linhas. Agradeço ainda os colegas que me precederam facilitando muito meu trabalho e permitindo que eu abrevie meus comentários para não ser repetitivo.

Membranas, bordas, vibrações, pensamento único, paradigmas emergentes, matrizes vivas, corpomente, pontes... São essas algumas das palavras sugeridas pelos autores para tentar romper os silêncios ou fazer calar as cacofonias que emergem assim que nos deparamos com a complexidade dos fenômenos implicados nas relações corpo-mente, psicanálise e neurociências.

Palavras que inspiram modelos, que tentam superar impasses entre visões nem sempre antagônicas, mas muitas vezes concorrentes, que tentam dar conta da dificuldade de apreensão do humano que sofre, que vive, que goza, que morre. Uma dificuldade que conduz freqüentemente à resignação diante daquilo que Chaim Katz denomina, inspirado no modelo econômico, pensamento único.

A partir dos trabalhos apresentados, vários colegas já apontaram como o pensamento único -, um modo de conceber o mundo como se houvesse uma hegemonia de idéias ou de modelos de vida - pode também ser observado no pensamento das neurociências. Nesse sentido, é facilmente possível conceber, ou propor, que o determinismo genético, ou determinismo biológico seja o único que vai determinar o comportamento humano, os sentimentos, as reações, os afetos, e que esse comportamento seria facilmente manipulável, por exemplo, através das ações dos psicofármacos. Sabemos todos que esse tipo de modelo não consegue dar conta principalmente das angústias, das rupturas, das injunções e das falhas que encontramos na vida, e que, de alguma maneira, nós, psicanalistas, somos convocados a investigar essa passagem.

Katz nos lembra que a psicanálise freudiana justamente partiu desse princípio. De uma certa diferenciação radical com relação a um pensamento que se pretendia predominante, positivo, que obrigava a normalização do conhecimento e que não valorizava muito o que estivesse às margens.

¹ Psicanalista. Doutor pela Universidade de Paris VII - Denis Diderot. Professor do Instituto Sedes Sapientiae. Autor de *Psicossomática - De Hipócrates à Psicanálise* e de *Hipocondria - Impasses da alma, desafios do corpo* (Casa do Psicólogo, 2000 e 2002) e co-organizador e autor de *Psicossoma*, *Psicossoma II - Psicossomática psicanalítica* e de *Psicossoma III - Interfaces da Psicossomática* (Casa do Psicólogo, 1997, 1998, 2003). E-mail volichrm@dialdata.com.br.

Lanço aqui minha primeira interrogação: é importante questionar esse lugar supostamente exterior, a partir do qual a psicanálise, ou, sejamos mais precisos, os psicanalistas questionam tanto o pensamento único quanto a sua manifestação nas neurociências. Porém, devemos questionar também se na própria psicanálise não existiria, em grande medida, “pensamentos únicos”. É possível que sem se dar conta, ou muitas vezes até intencionalmente, a própria psicanálise tenha, em muitos aspectos, se amoldado a princípios caros ao pensamento único.

Nesse sentido, podemos pensar em alguns tipos de formação, nos critérios para as indicações de análise, ou ainda, principalmente (e aqui Benilton foi bastante preciso), como se operam as trocas com as outras disciplinas.

Sejamos claros: existe, portanto, um forte risco de inclusão, mesmo que parcial, da psicanálise no pensamento único. O pensamento único, sem dúvida, é uma tentativa de escamotear o conflito diante das incertezas da viabilidade de nossa sobrevivência, seja ela econômica, psíquica e mesmo institucional. Daí a enorme tentação de agarrar-se a ele em nossas instituições, teorias e clínicas.

Por sua vez, Osvaldo Saidón discute - no âmbito das neurociências, da psicanálise e da psiquiatria - a incapacidade da psicanálise em lidar com as abordagens que tentam limitar a problemática da subjetividade e da doença mental, a um simples ato médico protocolar de indicação terapêutica. O discurso e a prática psicanalíticos geralmente têm muita dificuldade em transcender a simples denúncia dessa visão, muitas vezes refugiando-se na defesa de seus próprios postulados instituídos. Conseguiremos no espaço destes Estados Gerais superar nossa sideração, nossa paralisia?

Saidón sublinha a necessidade de incluir em nossas reflexões as dimensões neurofisiológicas de investigação do inconsciente, para que possamos nos abrir a um outro paradigma de pensamento que guie o ato clínico como uma atividade experimentadora e inventora de novos mundos. Ele convoca portanto o diálogo entre psicanálise e neurociências, insistindo no caráter criativo que deve haver tanto no diálogo quanto na aplicação daquilo que as neurociências podem estar contribuindo para essa conversa.

Desde ontem observamos que todos os textos, trabalhos e discussões são atravessados pela dimensão política. Nesta mesa, dois trabalhos conclamam, em particular, essa reflexão política.

O primeiro de Angela Bezerra Villela, “Por uma Política do Sintoma”, já foi aqui relatado, mas eu gostaria simplesmente de lembrar a posição da autora diante de nossa problemática. Ela sugere considerar o sintoma como uma possibilidade de criação de espaço onde algo de novo possa ser criado, e a necessidade de dar a esse sintoma um caráter revolucionário (e, portanto, político) dentro das perspectivas pouco expansivas que a modernidade estabelece. Ela denuncia como uma das dificuldades maiores desse nosso tempo de totalitarismo disfarçado de modernismo, um tipo de fechamento que sufoca e estrangula a palavra através de um enquadramento de categorias que não permite criatividade de idéias. O sintoma, então, seria o elemento revolucionário para questionar este estado de coisas.

Por outro, a partir de uma perspectiva histórica, Maria Anita Carneiro Ribeiro aponta particularmente como no âmbito da neurose obsessiva houve um esvaziamento da conquista de Freud, a de ter tirado essa neurose do campo das psicoses, e a redução que observamos atualmente dessa categoria ao transtorno obsessivo-compulsivo. Segundo a autora, essa operação evidencia uma estratégia de discurso capitalista de abolir o sujeito do inconsciente e reduzi-lo a mero consumidor passivo e compulsivo de drogas lícitas. Isso produz, no extremo, através de uma suposta objetividade do discurso da ciência, uma drogadição generalizada. Ela sublinha ainda o interesse social e capitalista na formação obsessiva tendo em vista que ela promove justamente aquilo que o capitalismo mais quer que é o consumo e uma submissão permanente à palavra do outro.

No entanto, por mais que talvez exista nesses Egs uma certa convergência quanto à dimensão política dessas questões, acho que vale a pena nos interrogarmos sobre o sentido do termo “político” utilizado nesses dois trabalhos. O sintoma pode ser político?

Sabemos que a ação política é geralmente determinada por idéias individuais ou coletivas referidas ao ideal do eu, pela luta por ideais de construção de dispositivos sociais para alcançar ideais. Se considerarmos as noções de Freud sobre as capacidades de modificação autoplásticas e aloplásticas do organismo sabemos que o sujeito se deforma ou é capaz de uma ação que modifique seu entorno, a realidade. Seria a política unicamente voltada para a modificação da realidade? Conforme os idéias e utopias de cada um, ou mesmo de uma classe social? Não tenhamos medo de *realmente* refletir: em que medida ações inconscientes podem ser políticas?

Se a prática da psicanálise é política, e tem conseqüências políticas, isso se dá porque ela pode modificar a posição do sujeito com relação a seus semelhantes e com relação à realidade. Da mesma forma que é política a posição das neurociências, da psiquiatria, ao propor modelos que priorizam o aspecto descritivo dos fenômenos humanos nos quais a subjetividade está esvaziada. Assim ainda permanece a questão: O sintoma seria capaz de *fazer* política? Ou o termo político inclusive no sentido que as autoras propõem diria respeito à posição de cada um, de cada terapeuta, de cada teórico, de cada clínico diante do sintoma ou da forma de manifestação do psicopatológico, da forma de manifestação do existir do ser no mundo.

Nesse mesmo sentido, deveríamos também interrogar as formações de caráter, assintomáticas, cada vez mais freqüentes em nosso dias. Formações silenciosas, pouco espetaculares e também muito conservadoras mas que produzem, porém, um sofrimento. A vida morna, medíocre sem prazer a serviço da produção e da calma social, indivíduos calmos, adaptados, tristes e solitários, sem desejo que, geralmente, não protestam.

A linguagem é sintoma, produção que visa manifestação do sujeito. A fantasia é política por excelência. Se o sintoma se caracteriza por seu caráter conservador, a fantasia é marcada por seu poder de transformação.

Poderíamos então dizer que o qualificativo de político deve ser empregado para a forma de compreender o sintoma e a forma de lidar com ele. Isolar, acalmar, eliminar o sintoma, ao invés de situá-lo no contexto da história do sujeito para que ele seja significado pelo sujeito e se preste à transformação, de si mesmo, do outro ou da realidade, eis aí uma perspectiva política, reflexo ou não de um pensamento único.

Os trabalhos de Monah Winograd (do qual particularmente gostei muito) e de Maria Lúcia Pilla propõem respectivamente as noções de “conceitos-membrana”, e de “matriz viva vibratória” como formas de resgatar a dimensão metapsicológica como uma ponte de diálogo inclusive com as neurociências.

Monah Winograd sugere que as neurociências são uma um projeto de naturalização do psiquismo que vem sendo implementado desde meados do século Xx que supõe uma concepção de ser humano como uma máquina que pode ser projetada, construída e programada. Refletindo sobre as atitudes possíveis da psicanálise diante de tal projeto, ela lembra a riqueza do aparato clínico conceitual da metapsicologia como recurso que pode instrumentar um diálogo com as neurociências, e com a biologia em particular, no que tange as relações entre corpo e psiquismo.

Lembrando que a preocupação com a problemática das relações corpo e psiquismo está presente em toda a obra freudiana ela sugere resgatar o potencial dos conceitos de afeto, de pulsão e de isso, que se constituem como operadores clínicos metapsicológicos e epistêmicos para a compreensão dessas relações. Os conceitos membranas evocam não apenas a especificação de um limite mas a própria experiência do limite: 1. *Metapsicologicamente*, referem-se às fronteiras da alma, às bordas do aparato anímico. O afeto é definido como variação quantitativa e consciência

parcial desta variação; 2. *Epistemicamente*, são conceitos situados nas bordas da metapsicologia freudiana, mediando as interlocuções com campos de saber vizinhos, como a biologia ou a filosofia.

Acho também importante retomar as idéias de Maria Lúcia Pilla, pela análise que propõe para nossa discussão e pelas implicações clínicas de suas propostas.

Considerando preconcebida e preconceituosa oposição ou mesmo a incompatibilidade entre neurociência e psicanálise muitas vezes defendida por alguns psicanalistas, ela defende uma possível colaboração entre Psicanálise e Neurociência, que pode ser enriquecedora para ambas. A partir de paradigmas sugeridos por de três autores - dois neurocientistas e uma psicanalista e também física - ela defende uma nova concepção de corpo e de uma nova concepção de transferência para a psicanálise. Para lidar com as dificuldades resultantes do dualismo freudiano, Maria Lúcia convoca duas noções: a de paradigmas emergentes (Thomas Khun) e a da transdisciplinaridade; Os primeiros emergem a partir da necessidade de superar os impasses encontrados pela ciência quando os paradigmas vigentes não são mais capazes de dar conta de novas realidades que se evidenciam ao observador. A transdisciplinaridade busca dar conta da interlocução e da interação entre várias disciplinas, buscando evidenciar não apenas o que as une mas também o que as atravessa. Maria Lúcia evoca três desses paradigmas, 1. o da multidimensionalidade (existência de diferentes dimensões de uma mesma realidade), 2. O pensamento holográfico (não só o todo contém as partes, mas cada parte contém o todo. 3. O da não separação entre observador e realidade (o objeto observado é modificado pela observação daquele que o observa).

Segundo uma perspectiva monista propõe a noção de *corpomente*, para descrever o caráter indissociável do funcionamento psíquico e somático. Uma rede psicossomática de informações é responsável pela comunicação entre os diferentes níveis do sistema nervoso, memórias sensações e percepções. Lembrando o conceito de *matriz viva*, sugerido por Ochsmam, a autora propõe que consideremos o organismo como uma rede vibratória no qual qualquer acontecimento que ocorre em qualquer parte ou qualquer nível de funcionamento do corpo repercute sobre todos os demais. Nesse sentido, a transferência capta muito mais do que as palavras do paciente, mas também sinais e mensagens que emanam de seu corpo e da própria relação que se estabelece entre analista e paciente. A mente seria assim um fluxo de informações que se move entre as células, órgãos e sistemas do corpo, da mesma forma que a memória seria armazenada em uma rede psicossomática que se estende por todo o corpo. O *corpomente* é, por excelência, o lugar de inscrição da de toda experiência humana. O cérebro, é apenas um ponto nodal da rede psicossomática.

Todas essas considerações conduzem Maria Lúcia a sugerir, na trilha inaugurada por Ferenczi e por Reich, a importância do trabalho corporal dentro do processo psicanalítico. Essa é a via que pode permitir lidar com os fenômenos da ordem do primitivo, do traumático e do silencioso, daquilo que frequentemente escapa ao manejo clássico da interpretação verbal. Chegou a hora, segundo a autora, de rompermos o tabu e incluirmos o toque no corpo do paciente e considerarmos a possibilidade de incluir o corpo a ser simbolizado na situação transferencial- contartransferencial. Sabemos que Maria Lúcia não está sozinha nessa proposta, Ivanise Fontes daqui do Rio, Maria Helena Fernandes em São Paulo, também discutem bastante essa questão e eu acho que é uma coisa que vale a pena ser pensada.

O último trabalho, de Maria do Carmo Vieira da Cunha, discute a questão da infertilidade e da reprodução assistida. A reprodução assistida vem cada vez mais se constituindo como uma ruptura radical da separação apontada por Freud entre a sexualidade e a reprodução biológica. Ela se constitui em mais um sintoma das formas de subjetiva contemporâneas, através do qual, diante da dificuldade de engravidar, a mulher, o homem, ou o casal procuram o médico ao invés de interrogar seu desejo. Algumas ilustrações clínicas apresentadas pela autora revelam dificuldades com a feminilidade, maternidade, paternidade e com a relação com os profissionais envolvidos, quer sejam subjetivas ou tecnológicas. Ela analisa a dimensão simbólica que permeia o processo da

reprodução assistida, mas que freqüentemente não é considerado pelos médicos, bem como a fantasia inconsciente compartilhada de uma gravidez concebida pelos médicos. Gestam-se filhos de médicos e da tecnologia que muitas vezes não podem ser inscritos em uma filiação simbólica na família.

Para concluir, algumas breves questões para nosso debate.

Afinal de contas existiria uma antídoto contra o pensamento único? Eu gostaria de sugerir, a partir das nossas discussões no coletivo de leitura, que a clínica poderia ser um desses antídotos. A teoria que se produz a cada sessão, o quadro psicopatológico que se transforma a cada encontro, e a possibilidade dessa escuta da singularidade é mais ou menos óbvia, a partir de tudo que discutimos.

Gostaria também de destacar um ponto mencionado por Benilton. Se por um lado a terapêutica medicamentosa age sobre o sintoma, aliviando, transformando e eliminando, nós sabemos que a terapêutica psicanalítica além do efeito sobre o sintoma produz um efeito sobre si mesmo. Os pacientes estão cada vez mais medicados. Na verdade, nós refletimos muito pouco sobre essa presença, denunciada por Benilton, na perspectivas transferencial, muito maior do que nos damos conta. Na transferência freqüentemente lidamos com essa dimensão que é a utilização de um medicamento, muitas vezes a desconhecendo, ignorando o que o paciente está tomando. E, quando sabemos dessa utilização, não sabemos muito bem como incluí-la na relação transferencial.

Vários trabalhos apontaram para o empobrecimento do raciocínio clínico na medicina e, poderíamos, dizer quem sabe até mesmo na psicanálise. A propedêutica e a semiologia formam algoritmos de decisão e que na verdade reduzem a muito pouco, ou quase a zero a compreensão da subjetividade do paciente.

Uma outra questão. Existem duas vertentes através das quais se tenta resgatar, quem sabe, a clarividência freudiana com relação às neurociências. Uma é o “Projeto de psicologia para neurólogos” (1895) e outro é aquela famosa frase de Freud, citada por Saidón, que um dia nós conheceremos os elementos químicos que poderão dar conta daquilo que seria psique humana. Mas será que temos realmente necessidade de mostrar que Freud tinha razão?

O que se esconde por trás desse paradigma que nós queremos empregar? Talvez na realidade consideremos muito pouco que o projeto de psicologia para neurólogos era um *sonho* de Freud, aquele que permitiu que transcendesse sua experiência como neurologista para fundar a psicanálise. Nós ficamos com o Projeto e abandonamos sua função onírica, como o sonho que precisamos construir a cada sessão.

Talvez aqui nessa questão do sonho do projeto e do sonho do analista nós encontremos uma pista para as dificuldades desse diálogo psicanálise e neurociências.

A ciência nos acena com descobertas nos mais distantes universos, com as a possibilidade de gerarmos crianças perfeitas, de escolhermos o sexo dessas crianças, a cura de doenças terríveis e da possibilidade de prolongarmos a vida, uma vida sem dor, sem angústia, sem tristeza.

Conhecemos por certo o caráter ilusório dessas promessas, mas essas ilusões fazem sonhar. E a psicanálise o que ela oferece? Sabemos que ela oferece um conhecimento de um mundo interior, mas esse mundo interior nos revela os terrores, as violências, as fantasias e mesmo os prazeres que muitas vezes nos amedrontam. As Terras Prometidas por cada uma não são as mesmas. Sinceramente, qual dos sonhos vocês preferem? A “concorrência certamente não é “leal”. Bom, não se pode ganhar sempre...

Nos diálogos e nos embates com outras disciplinas e entre nós mesmos, talvez tenhamos perdido a capacidade de sonhar. Talvez, nunca na história da psicanálise se tenha escrito tanto, realizado tantos Congressos, discutido tantos casos. Talvez nunca tenhamos sonhado tão pouco os nossos próprios sonhos.

Sem perceber sonhamos os sonhos dos nossos autores preferidos, de nossos analistas, de nossos supervisores, de nossos institutos de formação. Pensamentos únicos, e o que é pior, únicos e dos outros.

Antes da queda do Muro de Berlim, aqueles que viajavam para o Leste europeu impressionavam-se com a carência de produtos nas lojas, nos supermercados, com as tonalidades sombrias das roupas e das cidades. O mundo capitalista expandiu-se a ponto de alcançar os pontos mais distantes do planeta. A globalização encheu as prateleiras com produtos que podem ser encontrados em qualquer parte do mundo. É triste constatar que à medida em que foram aumentando o número de produtos, de variedades, de cores, de etiquetas nos supermercados, mesmo nos países do terceiro mundo, como o Brasil, Argentina, quanto mais aumentaram as cores do carros, das roupas dos celulares, são os pensamentos que vão ficando mais cinzas e mais sombrios. Multiplicam-se os objetos de consumo, unificam-se e se empobrecem os modos de pensar.

Sabemos que muitas espécies de animais selvagens são incapazes de se reproduzir em cativeiro. Que em tempos de guerra os pais perguntam sobre o sentido de colocar os filhos no mundo. Para pobres e desempregados, a ameaça do aumento da penúria, que pode representar uma gravidez, muitas vezes supera bastante a felicidade da espera de um filho, que um filho pode propiciar. A crueza da realidade se impõe sombria sobre qualquer luz que o desejo possa esboçar e fazer surgir. Nesse sentido, o trabalho de Maria do Carmo sobre infertilidade convida-nos também a pensar, a considerar o risco da infertilidade e de esterilização de nossas idéias.

Denunciando o empobrecimento galopante da qualidade de ensino, da criatividade, e da capacidade de pensar de nossas escolas e de nossas crianças, o psicanalista e poeta Rubem Alves sugere que, antes de mais nada, as escolas deveriam ser não lugares onde se ensinam matéria e disciplinas mas “sonhatórios”. Lugares onde se propiciasse e se estimulasse o sonhar.

Se existe um diálogo possível, uma troca possível, entre as neurociências e a psicanálise (e eu acho que deve existir...) gostaria de poder apostar nesse encontro, nesse diálogo e nessa troca. Porém, esse encontro só poderá ocorrer na medida que cada um abandone suas trincheiras, explícitas ou dissimuladas, as trincheiras de nossos laboratórios e de nossos consultórios, para conversar em um possível *sonhatório* que espero sejamos capazes de construir.

Obrigado.